



OBSERVATORIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA

latindex IDEAS EconPapers Dialnet

INTERVENÇÕES MULTIDIMENSIONAIS DA POBREZA: EVIDÊNCIAS DAS INTER-RELAÇÕES POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Nayana Rosa Freire¹

Claudiana Aparecida Leal de Araújo²

Françoise de Fátima Barbosa³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Nayana Rosa Freire, Claudiana Aparecida Leal de Araújo y Françoise de Fátima Barbosa:
“Intervenções multidimensionais da pobreza: evidências das inter-relações políticas para a agricultura familiar.”, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana (Vol 19, Nº 4, pp. 1-16, abril 2021).
En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/economia-latinoamericana/oel-abril21/intervencoes-multidimensionais-pobreza>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as inter-relações das políticas agrícolas voltadas para a redução da pobreza dos agricultores familiares no Brasil. A pobreza pode ser analisada sob diversos pontos de vista: relativa, subjetiva e absoluta. Nesta última, ela pode ser estudada tanto no aspecto monetário quanto não monetário, ou seja, adota-se uma perspectiva multidimensional da pobreza. Para este estudo considerou-se as diversas dimensões de três tipos de políticas: Pronaf, PAA e PNAE que se inter-relacionam no combate da pobreza da agricultura familiar. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e utilizou-se de dados secundários disponibilizados pelo BNDES, CONAB, IBGE, MDA e MDS. Por meio de dessas informações realizou-se um estudo quantitativo com análise gráfica. Notou-se que, apesar de originalmente terem objetivos principais diferentes, essas três intervenções beneficiam os agricultores familiares gerando renda, emprego e oportunidades. Além disso, elas estão institucionalmente interligadas através da DAP que é instrumento de acesso às três políticas. Conclui-se que estratégias políticas multidimensionais são importantes instrumentos de combate à pobreza rural em suas várias dimensões e que as inter-relações são essenciais para sua efetividade.

¹ Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Departamento de Economia, e-mail: nay_rosa@yahoo.com.br.

² Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Departamento de Contábeis, e-mail: claudiana.araujo@unimontes.br.

³ Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Departamento de Economia, e-mail: françoise.barbosa@unimontes.br.

Palavras-chave: pobreza, agricultura familiar, política agrícola.

MULTIDIMENSIONAL POVERTY INTERVENTIONS: EVIDENCE OF POLITICAL

INTERRELATIONS FOR FAMILY AGRICULTURE

SUMMARY

This article aims to analyze the interrelationships of agricultural policies aimed at reducing poverty among family farmers in Brazil. Poverty can be analyzed from different points of view: relative, subjective and absolute. In the latter, it can be studied in both the monetary and non-monetary aspects, that is, a multidimensional perspective of poverty is adopted. For this study, the different dimensions of three types of policies were considered: Pronaf, PAA and PNAE, which are interrelated in the fight against poverty in family farming. The methodology used was bibliographic research and secondary data provided by BNDES, CONAB, IBGE, MDA and MDS were used. Through this information, a quantitative study with graphical analysis was carried out. It was noted that, despite originally having different main objectives, these three interventions benefit family farmers by generating income, employment and opportunities. Furthermore, they are institutionally interconnected through the DAP, which is an instrument for accessing the three policies. It is concluded that multidimensional political strategies are important instruments to combat rural poverty in its various dimensions and that interrelationships are essential for their effectiveness.

Keywords: poverty, family farming, agricultural policy.

INTERVENCIONES MULTIDIMENSIONALES EN LA POBREZA: PRUEBAS DE

INTERRELACIONES POLÍTICAS PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las interrelaciones de las políticas agrícolas destinadas a reducir la pobreza entre los agricultores familiares en Brasil. La pobreza se puede analizar desde diferentes puntos de vista: relativa, subjetiva y absoluta. En este último, se puede estudiar tanto en el aspecto monetario como en el no monetario, es decir, se adopta una perspectiva multidimensional de la pobreza. Para este estudio se consideraron las diferentes dimensiones de tres tipos de políticas: Pronaf, PAA y PNAE, las cuales están interrelacionadas en la lucha contra la pobreza en la agricultura familiar. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica y se utilizaron datos secundarios proporcionados por BNDES, CONAB, IBGE, MDA y MDS. A través de esta información se realizó un estudio cuantitativo con análisis gráfico. Se señaló que, a pesar de tener originalmente diferentes objetivos principales, estas tres intervenciones benefician a los agricultores familiares al

generar ingresos, empleo y oportunidades. Además, están institucionalmente interconectados a través del DAP, que es un instrumento para acceder a las tres políticas. Se concluye que las estrategias políticas multidimensionales son instrumentos importantes para combatir la pobreza rural en sus diversas dimensiones y que las interrelaciones son fundamentales para su efectividad.

Palabras clave: pobreza, agricultura familiar, política agrícola.

1 INTRODUÇÃO

Apesar da pobreza extrema estar diminuindo desde 1990, há ainda cerca de 736 milhões de pessoas no mundo em situação de extrema pobreza (FAO). Além disso, 80% dos pobres encontram-se nas áreas rurais. E em quase todas as regiões a pobreza rural é maior que a pobreza urbana. (2019)

Bernstein et al. apontam que mesmo com significativo progresso na redução da pobreza no Brasil nas últimas décadas, as políticas voltadas para as pessoas extremamente pobres estão sendo deixadas de lado. Assim, a redução da pobreza estagnou especialmente devido aos problemas de crescimento econômico e climáticos. Neste cenário a pobreza rural é ainda mais preocupante pois sua redução depende não só de investimentos agrícolas voltados para o aumento de rendimentos, mas para a manutenção dos recursos naturais no enfrentamento das alterações climáticas, e nos avanços nutricionais. (2019).

De acordo com Schneider e Fialho, atualmente o estudo da pobreza rural também está relacionada com a pressão demográfica sobre as grandes cidades, a violência urbana e ao crescente desemprego dos setores urbano-industriais. (2000)

Mesmo tendo alcançado níveis expressivos de redução da pobreza e da fome, cerca de metade da população rural da América Latina e do Caribe ainda são considerados pobres e um terço dela vive na pobreza extrema. A maior parte desses agricultores pertencem à agricultura familiar (FAO, 2019).

De acordo com Veiga a pobreza é proporcionalmente maior nas áreas rurais de todas as regiões brasileiras. Nesse aspecto o autor chama atenção ao fato de que nas localidades mais miseráveis do país a proporção dos pobres no meio rural é menor do que nas regiões mais dinâmicas. Ele ainda destaca a relação da pobreza rural brasileira com a agropecuária, visto que os trabalhadores rurais dessa atividade têm uma renda média inferior aos que são empregados de outros setores rurais do país. (2000).

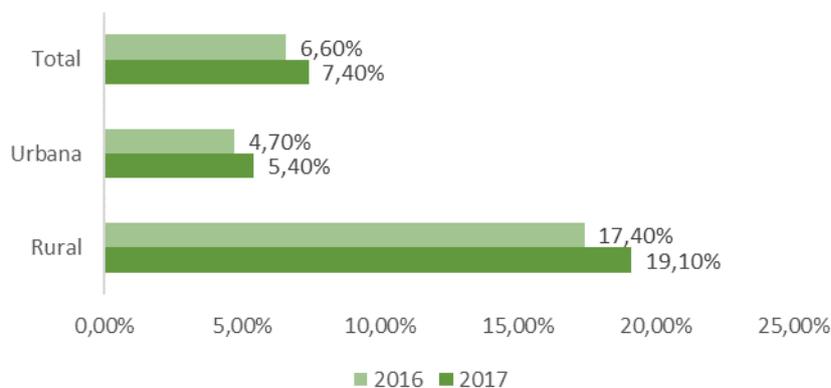
Zimmermann et al. relacionam a pobreza rural no Brasil ao processo de urbanização e industrialização que tiveram graves consequências sociais e econômicas. Eles apontam que esse modelo de desenvolvimento institucionalizou a pobreza rural por meio do uso intensivo da tecnologia que desempregaram mão de obra, êxodo rural provocado pela intensa urbanização, concentração fundiária e relações precárias de trabalho. (2014).

Conforme o relatório: “Panorama de La Pobreza Rural En América Latina Y El Caribe”, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2018, na década de 1990 cerca de 71% das pessoas da zona rural brasileira eram consideradas pobres, este percentual reduziu para 29% em 2014.

No entanto, ao analisar a pobreza, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que houve um incremento do número de pessoas em extrema pobreza no Brasil no período entre 2016 a 2017.

Gráfico 1

Proporção da População Abaixo da Linha da Pobreza Internacional, por Situação do Domicílio no Brasil nos anos de 2016 e 2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE.

De acordo com o Gráfico 1, o índice da pobreza extrema passou de 6,6% para 7,4% da população brasileira. Quando analisado este índice por situação de domicílio observa-se que a em 2016 cerca de 17,4% da população rural estava abaixo da linha da pobreza, enquanto que em 2017 o percentual de pobres no meio rural passou para 19,10%. Nas regiões urbanas também houve um incremento de pobres passando de 4,7% em 2016 para 5,4% em 2017.

O relatório divulgado pelo Banco Mundial intitulado: “Efeitos dos Ciclos Econômicos nos Indicadores Sociais da América Latina: Quando os Sonhos Encontram a Realidade” apontou que entre 2014 a 2017 a pobreza aumentou no Brasil atingindo 43,5 milhões de pessoas. A pesquisa relacionou este aumento a crise econômica vivenciada no país neste período que provocou severos impactos nos indicadores sociais. (2019).

De acordo com o documento: “O futuro da alimentação e da agricultura: tendências e desafios”, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), as políticas agrícolas são grandes responsáveis pelo crescimento econômico pró-pobre pois, através de seus instrumentos, estimulam a produtividade e rentabilidade de dos empreendimentos agrícolas. (2019).

A melhoria no desempenho agrícola se faz através de políticas que fomentam serviços de extensão rural, assistência técnica e uma maior inter-relação da agricultura com outros mercados, ou seja, viabilizando sua participação nas cadeias globais de valor. No Brasil, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fazem parte de um conjunto de políticas voltadas para a redução da desnutrição e fome. Essas iniciativas permitem que famílias em situação de vulnerabilidade social, escolas da educação básica, entidades socioassistenciais e agricultores familiares obtenham melhor acesso a alimentação e bens e serviços.

Este estudo propõe uma análise da inter-relação das políticas agrícolas voltadas para a redução da pobreza dos agricultores familiares no Brasil. Portanto, justifica-se tal pesquisa pela possibilidade dela servir como instrumento de análise crítica e metodológica das políticas em prol da redução da pobreza desse público alvo.

2 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

Este estudo é caracterizado por uma pesquisa bibliográfica desenvolvida através de livros, artigos e periódicos digitais. Lima e Miotto “acreditam que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (2007, p. 38).

Política agrícola é o somatório de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção. Por meio de estudos na área de gestão de risco, linhas de créditos, subvenções econômicas e levantamentos de dados, o apoio do Estado acompanha todas as fases da cadeia de produção agrícola.

Conforme Lamounier a política agrícola é o conjunto de ações governamentais dirigidas especificamente ao agronegócio visando reduzir os custos de produção; estabilizar a renda do produtor; e, concessão de crédito. (1994).

A partir da década de 1990 novas relações entre sociedade civil e Estado foram criadas, novas regras foram definidas e outros atores reconhecidos. Como protagonista dessas mudanças deve-se destacar a agricultura familiar que passou a ser reconhecida como categoria política e social através da construção de uma política voltada para seu fortalecimento. (Grisa e Schneider, 2014).

O reconhecimento dos agricultores familiares pela sua importância econômica e política tem início na criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além deste, em 2003 surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e fortaleceu-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, apesar de terem objetivos principais diferentes, têm em comum a finalidade de reduzir a pobreza rural dos agricultores familiares, e isto que será discutido na próxima seção.

2.1 Políticas para a Agricultura Familiar

Considerando a natureza multidimensional da pobreza este capítulo tratará sobre as estratégias políticas voltadas ao combate da pobreza rural, especificadamente dos agricultores familiares. Neste sentido serão analisados alguns instrumentos do Pronaf, PAA e do PNAE por meio de fonte bibliográfica e dados disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e Ministério do Desenvolvimento Social.

2.1.1 Pronaf

De acordo com Schneider et al. “pode-se afirmar que o Pronaf: [...] nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. (2004, p.2).

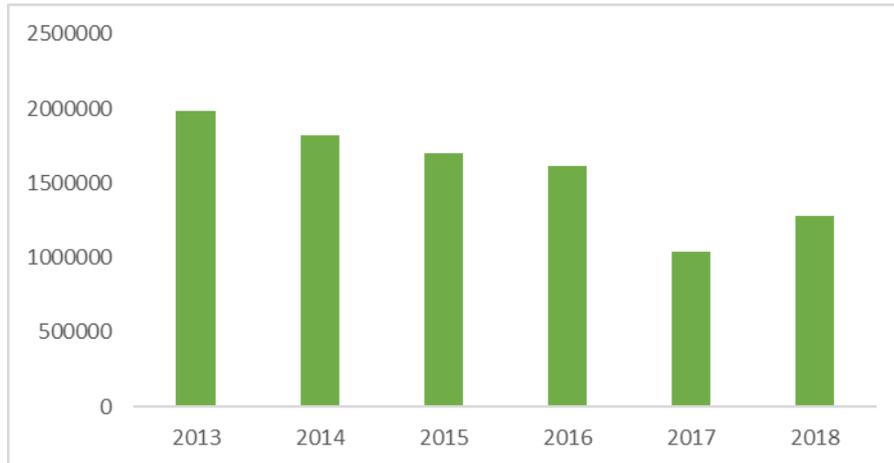
O Pronaf tem como objetivo fortalecer os agricultores familiares por meio de apoio financeiro e técnico, visando promover o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, tem por finalidade gerar emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos seus assistidos. (Schneider et. al, 2004).

O Programa se fundamenta nos seguintes propósitos: i) aumentar o nível de profissionalização dos agricultores atendidos por meio dos novos padrões de gestão social e tecnologia; ii) viabilizar a infraestrutura necessária para responder os anseios produtivos dos agricultores familiares; iii) fomentar o acesso dos agricultores aos mercados de produtos e insumos; e, iv) adequar as estratégias das políticas conforme a realidade dos agricultores familiares. (Schneider et. al, 2004).

O número de contratos do Pronaf pode ser um indicador das oportunidades obtidas pelos agricultores dando a eles a chance de ampliar a renda e o emprego agrícola.

Gráfico 2

Número de Contratos do Pronaf no Brasil no período de 2013 a 2018

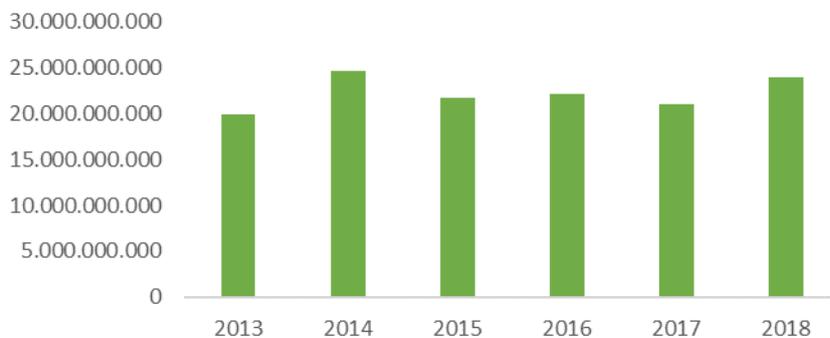


Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDA (2019)

Por meio do Gráfico 2 nota-se que entre os anos de 2012 a 2018 houve uma redução do número de contratos firmados no âmbito do Pronaf. Deve-se destacar a significativa queda no ano de 2017 que pode estar relacionada à conjuntura econômica e política que provocaram aumento das taxas de juros e uma política fiscal mais restritiva.

Gráfico 3

Valor Total dos Contratos do Pronaf no Brasil no período de 2013 a 2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDA (2019)

O Gráfico 3 apresenta o valor total dos contratos do Pronaf no Brasil no período de 2013 a 2018. Nota-se que o comportamento dos valores financiados não segue a mesma trajetória do número de contratos firmados no mesmo período. Em especial observa-se que os anos de 2014 e 2018, apesar de não terem tido destaque em termos de contratos, quando analisado o conjunto dos anos estudados, se comportaram significativamente maior. Tal fato pode estar associado aos novos investimentos da agricultura familiar, ao comportamento dos preços dos produtos e aos serviços de assistência técnica e extensão rural.

O número e o valor dos contratos tem impactos não só mais renda e emprego, que podem reduzir a pobreza monetária, bem como indica maiores oportunidades para níveis mais elevados de bem-estar dos assistidos, ou seja, pode afetar a pobreza em suas várias dimensões.

2.1.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Outra política voltada para os agricultores familiares que foi criada como consequência da criação do Pronaf foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa foi instituído em 02 de Julho de 2003 pela lei 10.696 e tem por objetivo garantir a comercialização dos produtos agrícolas por meio da definição de um preço mínimo de compra. (Muller, 2007).

O PAA está vinculado não só a garantia de preços mínimos como a formação de estoques e aos princípios de segurança alimentar. Para o atendimento de seus objetivos o Programa é executado através de cinco modalidades: doação simultânea, compra direta, formação de estoques, PAA leite e compra institucional (MDS, 2019). Sua execução é feita no âmbito dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O PAA possui dois públicos beneficiários: consumidores e fornecedores de alimentos. Os primeiros são pessoas de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pelos equipamentos de alimentação e nutrição e pelas redes socioassistencial. Entre os fornecedores estão os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, indígenas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, quilombolas e povos de comunidades tradicionais que atendam às exigências previstas no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (MDA, 2019). A Tabela 1 mostra a evolução dos recursos orçamentários, por região, na aquisição de produtos através do PAA.

Tabela 1

Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017 (SEAD e MDS)

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.50	124.209.257	451.036.204

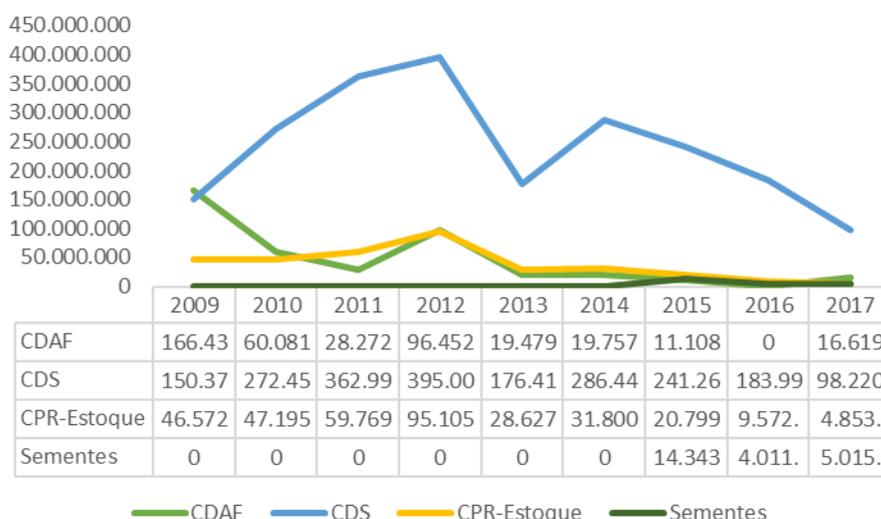
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.71	220.557.912	586.567.131
				6		
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.06	60.286.440	338.004.942
				5		
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
TOTA	270.610.18	1.210.177.54	361.251.14	915.285.96	1.199.769.18	3.957.094.02
L	1	8	3	8	2	2

Fonte: CONAB (2017)

Os dados da Tabela 1 mostram que a demanda pelo PAA tem maior representatividade no Sul e Nordeste devido à importância da atividade agrícola familiar para a economia dessas regiões, além da representatividade política e social desses agricultores.

Gráfico 4

Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2017 (valor em reais)



*Compra com Doação Simultânea (CDS)

*Compra Direta da Agricultura Familiar(CDAF)

*Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

*Aquisição de Sementes (Sementes)

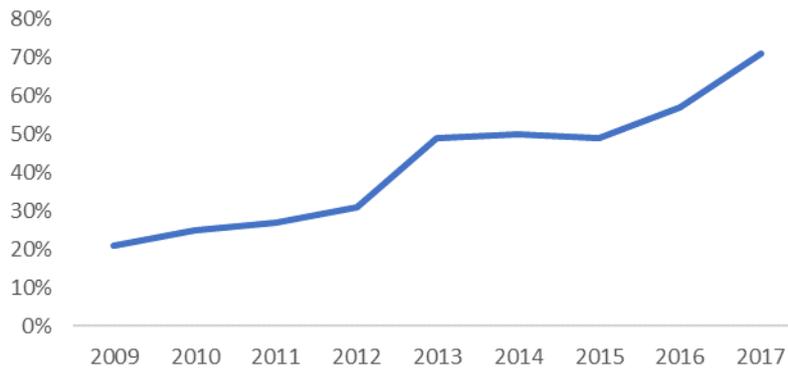
Fonte: CONAB (2017)

De acordo com o Gráfico 4 praticamente em todos os anos a modalidade que maior execução foi a CDS, que é operacionalizada com recursos do MDS. A compra com doação simultânea é a principal linha do PAA pois atende os diversos atores governamentais de diferentes

esferas como Estados, Distrito Federal, Municípios e Conab. São abastecidos bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes, redes públicas e filantrópicas de ensino, dentre outros.

Gráfico 5

Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2017



Fonte: CONAB (2017)

De acordo com a Resolução do GGPAA, nº 44, de 16 de agosto de 2011, passou-se a adotar um critério de priorização das mulheres no acesso ao PAA com objetivo de fomentar sua autonomia econômica e potencializar sua organização produtiva. Desta forma, de acordo com o Gráfico 5 nota-se um incremento significativo da participação das mulheres nos valores comercializados no PAA à partir do ano de 2011. No ano de 2018 cerca de 52,7% dos fornecedores do PAA foram mulheres. (MDS, 2018).

Gráfico 6

Unidades receptoras atendidas pelo PAA em 2017



Fonte: CONAB (2017)

Por meio do Gráfico 6 nota-se que aproximadamente 71% dos produtos do PAA são destinados as entidades e organização de assistência social e as redes socioassistencial como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) e as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. A rede pública de educação também é bem significativa entre os principais consumidores dos produtos do PAA, pois representam 22% do total. No entanto, os alimentos comercializados no PAA não estão incluídos no limite mínimo da agricultura familiar associados ao PNAE.

2.1.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

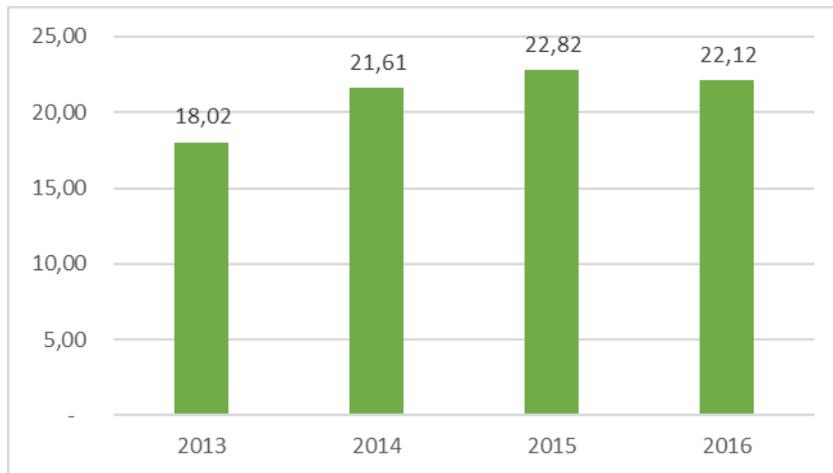
Criado em 1955 pelo decreto nº 37.106 como Campanha da Merenda Escolar e, posteriormente denominado como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o PNAE fornece alimentação escolar e promove ações de educação nutricional e alimentar aos estudantes de educação básica de escolas federais, municipais e estaduais. São repassados valores financeiros proporcionais ao número de alunos matriculados, e em 10 parcelas mensais para o suprimento de 200 dias letivos. (FNDE, 2018).

Conforme o FNDE (2018) o repasse feito à cada aluno é definido de acordo com a modalidade e etapa de ensino. Sendo então repassados: R\$1,07 para estudantes de creches; R\$0,53 pré-escola; escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; ensino integral: R\$ 1,07; programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; e alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53.

A fiscalização do Programa é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU), pelo Ministério Público e pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). (FNDE, 2018).

Após a Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009 criou-se a obrigatoriedade de 30% do valor repassado pelo PNAE ser originados da produção da agricultura familiar. Essa nova lei tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas. (FNDE, 2018).

Deve-se destacar que: “o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013”. (FNDE, 2018).

Gráfico 7*Percentual de Compras do PNAE da Agricultura Familiar*

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDA (2019)

O Gráfico 7 apresenta o percentual de compras do PNAE da agricultura familiar que desde a Lei nº 11.947 de 2009 garantiu que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados para a aquisição de produtos da agricultura familiar. O percentual adquirido dos agricultores familiares também foi crescente desde o ano de 2013. A participação apresentou uma queda apenas entre os anos de 2015 para 2016.

Neste capítulo foram estudadas três tipos de políticas públicas que, apesar de terem objetivos principais diferentes, estão relacionadas como políticas de combate à pobreza rural. No próximo capítulo serão feitas as considerações finais obtidas à partir deste estudo.

3 CONCLUSÃO

A redução da pobreza rural sob o ponto de vista multidimensional pode ser feita através de diversas políticas agrícolas e não agrícolas. Este estudo analisou as estratégias de três tipos de políticas que, apesar de ter objetivos principais diferentes, se relacionam quanto ao aspecto de redução da pobreza rural. Sendo assim, foram estudados o Pronaf, PAA e o PNAE e apontados seus esforços no sentido de redução da pobreza dos agricultores familiares. Observou-se que além do Pronaf, que é originalmente uma política voltada para a agricultura familiar, o PAA e PNAE, mesmo não sendo políticas agrícolas, também combatem a pobreza rural deste grupo de agricultores.

O Pronaf possui diversas linhas de atendimento que extrapolam o aspecto econômico atingindo questões sociais e ambientais. É uma política que apesar de sofrer críticas em relação ao

suporte técnico, tem se tornado cada vez mais crescente em relação ao valor e número de contratos ofertados através de diversas linhas de atuação.

O PAA torna-se uma política de combate à redução da pobreza nas duas vias de mercado: oferta e demanda. Neste caso, tanto os fornecedores quanto os consumidores podem ser agricultores familiares sendo beneficiados com redução de custos, manutenção de preços, aumento do faturamento, e melhoria da qualidade de vida quanto aos aspectos de alimentação e nutrição.

O PNAE é um programa que está focada nos aspectos educacionais sustentados pelas questões de segurança e seguridade alimentar. Além disso, após a promulgação da Lei nº 11.947/2009 esta política estende seus benefícios quando cria a obrigatoriedade de 30% do valor repassado pelo PNAE ser originados da produção da agricultura familiar. Ou seja, passa a ter um grupo-alvo de fornecedores com a finalidade de gerar emprego e renda a eles, conseqüentemente, mais um instrumento de redução da pobreza para os agricultores familiares.

Nota-se, portanto, que as três políticas analisadas estão fortemente entrelaçadas quanto ao objetivo da redução da pobreza do mesmo público alvo, os agricultores familiares. Além disso, em todas as políticas, os beneficiários devem possuir a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) que serve como identificação do agricultor familiar para que se enquadre e tenha acesso a elas.

REFERÊNCIAS

- Alkire, S., Foster, J. (2007) "Counting and Multidimensional Poverty Measurement". OPHI, 2007 (Revised May 2008). Working paper n° 7.
- Bagolin, I. P.; Ávila, R. P. (2006) "Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches". In: Encontro Nacional de Economia, 34.Salvador. Trabalhos Apresentados... Salvador: ANPEC.
- Bernstein, J.; Johnson, N.; e Arslan, A. (2019). "The impacts of investments in agricultural and rural development on Sustainable Development Goals 1 and 2: a meta-review of evidence". The International Policy Centre for Inclusive Growth. Policy in Focus. Volume 16.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2019). Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/politicas>.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2018) Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Apresentacao_PAA.pdf.
- Companhia Nacional de Abastecimento (2018). Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: resultados das ações da Conab em 2017. Compêndio de Estudos Conab. V.13.

- Delgado, Guilherme C.; da Conceição, Júnia Cristina Pr; Oliveira, Jader José de.(2005). “Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)”.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (2018). Programas – Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>.
- Grisa, Catia; Schneider, Sergio. (2014). “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil”. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p.125-146.
- Hoffmann, R.; Kageyama, A. (2006, jan./jun) “Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional”. Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 79-112.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019) Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>.
- Lima, T. C. S. de; Mito, R. C. T. (2007). “Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica”. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45.
- Kageyama, A; Hoffmann, R. (2006, jan./jun). “Pobreza: uma perspectiva multidimensional”. In: Economia e Sociedade.Unicamp. Campinas, v. 15, n.1, p. 79-112.
- Lamounier, Bolivar. (1994). “Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro (Brasil).
- Lacerda, F. C. C.; Neder, H. D. (2010). “Pobreza multidimensional na Bahia: uma análise a partir do indicador multidimensional de pobreza”. In: VI Encontro de Economia Baiana, Salvador - BA. Anais do VI Encontro de Economia Baiana.
- Lopes, M. H. et alli. (2003). “Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro”. Texto para discussão nº 223. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG..
- Lucena, Romina Batista; Souza, Nali de Jesus. (2001) Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n. 2, p. 180-200.

- Muller, Ana Luiza. (2007). “A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos”. Mundial, Banco. Relatório Semianual do Escritório do Economista Chefe para a América Latina e Caribe do Banco Mundial. (2019). “Como afeta o ciclo econômico os indicadores sociais na América Latina e no Caribe? Quando os sonhos enfrentam a realidade”.
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). (2019). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>.
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). (2018). “Panorama de La Pobreza Rural En América Latina Y El Caribe. Soluciones Del Siglo XXI Para Acabar Com La Pobreza Em El Campo”. Santiago.
- Redin, E. Fialho, M.A.V. (2010, Julho) “Política agrícola brasileira: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar”. Anais 48º Congresso SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural), Campo Grande.
- Schneider, Sergio; Fialho, Marco Antônio Verardi. (2000). “Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul”. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo - RS, v. 8, n. 15, p. 117-149.
- Schneider, Sergio; Cazella, Ademir Antonio e Mattei, Lauro. (2004). “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 21-50.
- Schwarzer, H. & Querino, A.C. (2002). “Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira”. Texto para discussão nº 929, IPEA.
- Sen, A. K. “Development as Capability Expansion”. (1990). In: GRIFFIN, K.; KNIGHT, J. Human Development and the International Development Strategy for the 1990s. London: MacMillan.
- Silva, A. M. R.; Lacerda, F. C. C.; Neder, H. D. (2010). “A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacidades”. In: III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano. Porto Alegre.
- Veiga, José Eli da. (2000). “Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira”. Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico, p. 173.

Zimmermann, Silvia Aparecida et al. (2014). “Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil”. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17.